

ARTIGO DOSSIÊ

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA SÍRIA: DISCUTINDO AS AÇÕES DO ESTADO ISLÂMICO

ARCHAEOLOGICAL HERITAGE IN SYRIA: DISCUSSING ISLAMIC STATE'S ACTIONS

VAGNER CARVALHEIRO PORTO*
JULIANA FIGUEIRA DA HORA**

RESUMO

Este artigo se propõe a apresentar e discutir a natureza da destruição do patrimônio arqueológico no Oriente Médio, mais especialmente na Síria, praticada pelo Estado Islâmico. De como essas ações implicam na obliteração de uma determinada memória, em detrimento de outras e de como o patrimônio arqueológico está diretamente vinculado à noção de monumento enquanto memória. Por fim, intenta demonstrar como o comércio de objetos arqueológicos pelo Ocidente alimenta, em muitas medidas, as ações do Estado Islâmico. Discutiremos também o discurso da mídia Ocidental frente as ações do Estado Islâmico.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio arqueológico; Estado Islâmico; memória; tráfico de objetos.

ABSTRACT

This article aims to present and discuss the nature of the destruction of the Archaeological Heritage in the Middle East, especially in Syria, practiced by the Islamic State. Our Intention is to show how these actions imply in the obliteration of a certain memory, in detriment of others and of how the Archaeological Heritage is directly linked to the notion of monument as memory. Finally, it aims to demonstrate how the trade of archaeological objects by the West support, in many ways, the actions of Islamic State. We will also discuss the speech of the Western media in face of the actions of the Islamic State.

KEYWORDS: archaeological heritage; IS; memory; traffic of archaeological objects.

Introdução

A proteção ao patrimônio arqueológico mundial tem sido uma preocupação há muitas décadas. Lygia Rocco, em palestra proferida no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo¹ nos informa que desde o final da Segunda Guerra, diversas convenções internacionais foram promulgadas para combater o tráfico, o roubo e a exportação ilícita de bens culturais, e também para promover a restituição desses objetos aos seus países de origem. Em 1954, estabeleceu-se a Convenção de Hague para a proteção de patrimônio cultural em eventos de conflito armado. Em 1984, a UNESCO introduziu um programa de ações cujo objetivo foi produzir um comentário sobre a Convenção de Hague, quanto às regulações para a sua aplicação e um protocolo relacionado às aplicações, de maneira a minimizar as dificuldades de interpretação e para ampliar o número de Estados participantes da Convenção. Outras questões foram levantadas com relação a destruição a partir da perspectiva patrimonial, entre elas, destacam-se as seguintes: quais são as implicações práticas e teóricas da destruição intencional do patrimônio cultural? e quais as implicações com relação a sua reconstrução, ou seja, como lidar com as ruínas, com o que sobrou e o que foi destruído, no final do conflito? Atualmente, algumas medidas estão sendo tomadas, entre elas a de conscientização, de monitoramento e o estabelecimento de uma força tarefa de patrimônio cultural.²

Neste mesmo sentido, o artigo 1.º da Carta de Veneza, escrita em maio de 1964, determina que a noção de monumento histórico engloba

tanto a criação arquitetônica por si só, bem como os sítios existentes nas áreas urbana e rural, que se configurem com uma cultura específica de um processo histórico.

Não nos esqueçamos que patrimônio arqueológico também é patrimônio cultural e a sua definição sempre esteve presente no bojo das discussões de todos os tratados relacionados ao patrimônio cultural. O parágrafo primeiro da Carta de Lausanne (1990) define que patrimônio arqueológico compreende:

a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

A noção de monumento, como cultura material, perpassa as várias definições possíveis de patrimônio; neste artigo trataremos de uma de suas facetas, o patrimônio cultural arqueológico. Henri Lefebvre, em *A revolução urbana* (1999)³ nos diz que "em toda parte a monumentalidade se difunde, se irradia, se condensa, se concentra. Um monumento vai além de si próprio, de sua fachada (se tem uma), de seu espaço interno"⁴. A monumentalidade pertence, em geral, a altura e a profundidade, a amplitude de um espaço que ultrapassa seus limites materiais. A arquitetura não é simplesmente um resíduo de comportamento social ou interativo, mas um agente fundamental na formação de identidades e comunidades, além disso, o simbolismo cultural da arquitetura é um poderoso foco de memória.⁵ Bourdieu nos recorda sobre a existência do simbólico nos monumentos. Para ele "o poder simbólico é um poder de

Projeto História, São Paulo, v. 61, pp. 255-282, Jan-Abr, 2018.

consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou revelar coisas que já existem”⁶.

Neste sentido, cumpre destacar que o monumento deve ser lido como um documento, acima de tudo, pois, como lembra Jacques Le Goff,⁷ todo documento é fruto de escolhas e intenções de quem o elabora. Sendo assim, a ereção de um monumento, significa um ponto de vista parcial da história. Para este autor, o que sobrevive não é o conjunto do que existiu no passado, mas sim escolhas efetuadas quer por forças que operam no transcorrer do tempo, quer por quem as constrói.⁸ Nesse sentido, as escolhas do Estado Islâmico⁹ (ISIS ou Daesh), objeto de nossa reflexão aqui – sobre o que destruir e o que preservar – definem, com suas ações, a memória a ser eleita ou refutada no Oriente Médio.

Nessa mesma linha, Michel Foucault, estudioso das práticas e relações de poder, em a *Microfísica do Poder*, obra traduzida para o português a partir de 1979,¹⁰ também apresenta a estreita vinculação entre arquitetura, espaço e poder. Segundo ele, seria preciso fazer uma ‘história dos espaços’ – que seria ao mesmo tempo uma ‘história dos poderes’ – que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar; passando pelas implantações econômico-políticas.¹¹ Foucault afirma que o monumento sempre serviu como um suporte da memória. Para ele, a cidade e toda a sua arquitetura devem ser vistas como suporte de um discurso construído Foucault (1979)¹².

Entendemos que toda a discussão sobre patrimônio cultural-arqueológico é relevante para todo o conjunto de ideias que pretendemos

desenvolver. Na sequência, abordaremos o fenômeno da destruição patrimonial no Iraque e na Síria pelo Estado Islâmico. Tentaremos demonstrar como se deu a construção de narrativas nacionais, e de como as práticas arqueológicas sempre estiveram a serviço do poder, seja com o intuito de destruir alguma herança – entenda-se memória – indesejada, seja com a pretensão de conservar determinada memória.

O Estado Islâmico, a mídia Ocidental e o processo histórico do Levante

Os espetaculares e cuidadosamente coreografados atos premeditados de destruição em um número de sítios arqueológicos mundialmente famosos na área agora controlada pelo Estado Islâmico (ISIS) em toda a Síria e no Iraque, gerou inúmeras manchetes nos últimos anos. Esses espetáculos são veiculados como marca registrada do Estado Islâmico em suas performances como marcadores visuais de identidade, com o intuito de aumentar a popularidade do califado entre radicais islâmicos. As cidades antigas de Palmira, Nimrud, Hatra, e o Museu Mosul, santuários e locais sagrados, túmulos – a herança da religiosidade popular e das comunidades Xiita¹³ e *Yazidi*¹⁴ – foram objeto da ira do Estado Islâmico. Um dos casos mais marcantes foi a decapitação do chefe do departamento de antiguidades de Palmira.

A Organização das Nações Unidas para a Educação e Organização Cultural (UNESCO) e especialistas definiram esses atos como 'limpeza cultural' e comparou-os à crimes de guerra, criando um link direto entre a destruição do patrimônio e aniquilação das comunidades minoritárias diretamente ligadas ao patrimônio destruído.

A mídia convencional veicula que os atos do ISIS (um grupo salafista jihadista)¹⁵, um braço extremista do islamismo) são, na verdade, uma expressão de barbárie iconoclasta e também uma manifestação contra a idolatria. Destaca-se que a mídia enfatiza o repúdio que a civilização Ocidental tem destes extremistas.

Entendemos que a complexidade da questão vai muito além do que a mídia Ocidental preconiza. A nossa proposta, seguindo na mesma direção do sugerido por Chiara De Cesari,¹⁶ vai em um caminho diferente. Não queremos crer que as ações do Estado Islâmico sejam pura e simplesmente espetáculos de destruição sem problematizar a histórica relação que a arqueologia tem com o Oriente Próximo e Médio. De fato, o histórico das intervenções colonial e neocolonial promovidas pelo Ocidente, tanto no Iraque quanto na Síria, influenciaram os projetos políticos das mais diversificadas variantes locais do nacionalismo árabe. Isso refletiu de várias maneiras no legado colonial desses povos, incluindo o culto e uso da arqueologia.¹⁷ Nós entendemos que, apesar da aparente ruptura que os atos do Estado Islâmico representam, há uma continuidade histórica na mobilização política das antiguidades do Iraque e da Síria, que foram usadas para a exibição simbólica e a promulgação do poder naquela região.

Ao contrário do que o “Ocidente” caracterizaria como terrorismo ou como expressão do anti-imperialismo do Estado Islâmico, nosso objetivo é buscar compreender as razões culturais, religiosas e sociais que motivam tais atos, dentro do entendimento histórico e antropológico, sem fazer um julgamento infundado, como na maioria das vezes ocorre. De Cesari entende que esses “espetáculos de

destruição” ocorre por meio de uma genealogia política que vem sendo construída historicamente. A autora afirma que as ações do Estado Islâmico, além de serem expressões hiperviolentas de queixas de longa data, são também resultado de uma catastrófica construção geopolítica produzida por um século de imperialismos conflitantes e projetos regionais hegemônicos impulsionados pelos petrodólares sauditas. Para a autora, o período pós-colonial carrega vícios do período colonial na região.

Apesar do conceito de “experiência divergente” cunhado por E. Said, a propósito do pós-colonialismo, em que os agentes envolvidos possam ser capazes de pensar experiências divergentes e interpretá-las em conjunto “cada qual com sua pauta e ritmo de desenvolvimento, suas formações internas, sua coerência interna e seu sistema de relações externas, todas elas existindo e coexistindo entre si”¹⁸, entendemos que a especificidade do islamismo na região, associada a toda gama de intervenções Ocidentais fizeram com que as relações políticas do pós-guerra na região do Levante tivessem suas peculiaridades e tristes consequências.

Nossa consideração sobre o tema vai para além das explicações a-históricas, quase que dogmáticas. Nosso objetivo é pensar sobre as múltiplas especificidades e múltiplas referências e ressonâncias deste tipo de “violência” dirigida contra a arqueologia. É claro que a violência perpetrada contra pessoas é incomensurável e moralmente condenável – no caso, as vítimas sírias e iraquianas da guerra – contudo, a arqueologia desempenha ainda um papel simbólico chave dentro do discurso visual e

moral do Estado Islâmico e de sua comunicação visual e, como tal, o efeito material sobre as pessoas.

Entendemos, de fato, que motivos religiosos estão também por trás dessas ações, mas acreditamos que essa explicação é em grande parte superestimada. O fator político é preponderante. Em outras palavras, para compreender plenamente a política em jogo na destruição do portão do palácio de Nimrud e do Arco do Triunfo ou do Templo de Bel em Palmira, devemos justapor essas imagens com as produzidas pela obsessão de Saddam Hussein para com as antiguidades da Mesopotâmia, utilizadas como insígnias para o seu poder.

A destruição das minorias, dos monumentos e das localidades

Uma avaliação completa e detalhada da recente perda do patrimônio cultural no Iraque e na Síria deve ser considerada. Devemos, pois observar as evidências ou vídeos, imagens de satélite e testemunhos pessoais que nos auxiliem na visualização do panorama da destruição do patrimônio, para que tenhamos uma dimensão mais precisa dos danos.

Chiara de Cesari nos informa que os becos devastados dos velhos *souks*¹⁹ de Aleppo é um exemplo de uso do patrimônio para fins militares. Tráfico ilícito de antiguidades são comuns na região e bastante incentivados pelo Estado Islâmico, mas não são executados por eles.²⁰ O Professor Erin Thompson, especialista em crimes de arte, nos lembra que o Estado Islâmico evidentemente esconde sua participação nas vendas de antiguidades. Considerando os preceitos religiosos do ISIS, que enfatizam a destruição de todos os ídolos, observamos uma

contradição em sua participação no tráfico de materiais arqueológicos. Ainda Thompson nos informa que a destruição de um patrimônio “não é uma nota de rodapé para uma guerra brutal. A manipulação da arte pelo Estado Islâmico é uma parte crucial para o seu recrutamento e estratégia de financiamento”²¹.

Há registros de que o Estado Islâmico entrega "licenças de escavação" e cobra taxas sobre tais atividades. Deste modo, o Estado Islâmico vende antiguidades no mercado negro (sendo os EUA e a Europa os principais mercados de consumo) obtendo uma fonte importante para financiar as suas atividades.

De acordo com funcionários do Departamento de Estado dos EUA, os americanos, ao invadirem um complexo chave das operações do Estado Islâmico descobriram uma rede bem estabelecida de tráfico de antiguidades, em uma espécie de infraestrutura “ministerial”. Os envolvidos no caso foram um homem do ISIS e o gerente de finanças Abu Sayyaf. O Estado Islâmico havia criado uma "Divisão de Antiguidades", anteriormente encabeçada na Síria pelo próprio Abu Sayyaf, como parte de seu “Escritório de Recursos Naturais” (Diwan for Natural Resources), e subdividiu-o em vários departamentos: escavação, marketing, exploração, pesquisa e administração.²²

Tanto o Estado Islâmico quanto a mídia ocidental dominante dirigem a sua atenção para atos intencionais de destruição das antiguidades pré-islâmicas. Chamamos a atenção para esses "espetáculos", porque a "produção do show" é fundamental para se entender como esses atos são produzidos e circulados. As imagens da destruição são impulsionadas pelas mídias sociais e geram indignação

global. Esses atos foram cometidos para que suas imagens fossem, de forma intencional, viralmente circuladas. Exemplo disso são os vários vídeos de integrantes do Estado Islâmico fotografando e filmando seus colegas militantes destruindo as estátuas no Museu Mosul.

Para os arqueólogos e estudiosos em geral estes representam ataques contra os preciosos vestígios do "berço da civilização" porque o Estado Islâmico visou importantes sítios pré-históricos, de período inicial da história, do chamado Crescente fértil, momento em que se tem início a agricultura, mas também a escrita, urbanismo e as sociedades complexas. Os sítios alvo de destruição foram alguns dos símbolos mais emblemáticos da antiga Mesopotâmia, principalmente o *Lamasu*,²³ estátuas de pedra de touros alados e leões com cabeças humanas, que costumavam proteger as cidades e as portas da antiga Assíria como ícones do poder. A mídia Ocidental reforça a ideia de que esses atos representam um choque de civilizações, no sentido de que o Estado Islâmico se propõe a destruir o berço da civilização Ocidental.

Essas imagens de destruição se tornaram símbolos poderosos de caracterização do Estado Islâmico como "bárbaros" e de natureza "cruel". Para De Cesari "esta limpeza cultural" se espalhou como um vírus para além do Iraque e da Síria infectando a Líbia, o Iêmen, Mali, Egito e proximidades do Líbano e Jordânia. Segundo a autora, os extremistas pediram a destruição da Esfinge e das pirâmides. Neste sentido, o Museu Arqueológico Nacional de Túnis e o antigo templo de Karnak do Egito também eram alvo do terrorismo, provavelmente porque são as principais atrações para Turistas Ocidentais.²⁴ Meskell em seu texto *Sites of violence: Terrorism, tourism, and heritage and the archaeological*

present discute a existência da conexão entre herança, turismo e terrorismo²⁵.

A explicação religiosa promovida pela imprensa europeia e norte americana (com ecos na imprensa brasileira), enquadra-se nesses espetáculos de herança cultural e iconoclastia. Os estudiosos do islamismo seguem na mesma direção interpretativa, quando colocam o fenômeno do Estado Islâmico como promotor de uma religião que provém do Profeta Mohammed desde o início da era islâmica. Enfim, temos a mídia Ocidental e os estudiosos alimentando um discurso de um viés religioso que converte o Estado Islâmico em um grande vilão e como inimigos do Ocidente.

A interpretação religiosa não ajuda a explicar porque o Estado Islâmico não apenas destrói representações humanas e templos, mas também antigos portões e arcos. O principal ponto que queremos ressaltar aqui é que a religião é mais uma das várias dimensões que ajudam a tornar esses espetáculos de destruição hipervalorizados, uma chave marcadora da identidade visual do Estado Islâmico.

O Estado Islâmico invadiu as cidades antigas de Nínive e Hatra, devastou o Museu de Mosul e muitas das suas estátuas, destruiu não apenas o portão do palácio assírio de Nimrud, mas também monumentais túmulos do período romano tardio, dois templos principais e o arco de triunfo romano do antigo patrimônio histórico de Palmira, dentre outros. Um ponto importante a se considerar é que o ISIS também direcionou seus ataques à herança islâmica. Militantes têm destruído não só mesquitas, mas também muitos locais Xiitas²⁶, *Yazid*²⁷, *Sufi*²⁸, Sunitas.²⁹ Chama-nos a atenção o fato da mídia Ocidental dar

muito menos atenção às perdas patrimoniais islâmicas, em detrimento de outras heranças patrimoniais. Para Romey esta pode ser a “maior erradicação de sítios islâmicos da história moderna”³⁰.

Chamando a atenção para o fato de que o Estado Islâmico particularmente sufoca culturalmente a herança etno-religiosa das minorias, muitos autores argumentaram que, os ataques do Estado Islâmico constituem-se em uma tentativa de destruir a diversidade histórica do Iraque e da Síria, assim como das culturas vivas dos assírios e siríacas, dos cristãos, *Yazidis* e xiitas da região. Membros das minorias iraquianas e sírias também viram assim esta questão, como na seguinte declaração entregue pelo sírio Chairman Royce, em uma audiência ocorrida em 13 de maio de 2015 no congresso Estadunidense sobre estas questões:

Além de suas violações bárbaras dos direitos humanos, O ISIS procurou ainda destruir estas comunidades [minoritárias], apagando sua herança religiosa – atacando as igrejas, mesquitas, santuários e locais antigos. Ao segmentar culturalmente a arqueologia Assíria, o ISIS vai além da etnia e limpeza religiosa para destruir ainda mais qualquer rastro histórico das pessoas que se deslocaram. Porque esses locais retornam a um florescente passado pluralista que legitima as histórias de minorias religiosas, esses locais são vistos como ameaça ao ISIS e são sumariamente destruídos. O grupo acredita que não pode controlar o futuro antes de controlar o passado.³¹

Esta leitura foi a adotada pela UNESCO, pois define os atos de destruição cultural do Estado Islâmico como "limpeza cultural" ao negar a identidade do outro, apagar a existência das minorias, com o intuito de

eliminar a diversidade cultural”. Para a Diretora-Geral da Unesco Irina Bokova, isso constitui crime contra a humanidade.

Porém, este texto provocou reações irritadas entre iraquianos e sírios devido ao seu teor de preocupação patrimonial em detrimento dos seres humanos. Alguns comentaristas políticos especialistas da área chamaram a atenção para o fato de que uma associação como a UNESCO e a "Patrimônio Mundial" acaba por transformar o local em um visível e poderoso alvo, a partir do momento em que enfatiza esses antigos locais.³²

Este quadro de violência cultural claramente ajuda a explicar alguns dos atos de destruição e ilumina o vínculo entre tais atos e uma das características da ideologia do Estado Islâmico, o sectarismo sunita e o *takfirismo*³³. Essa narrativa construída em torno da questão que coloca no mesmo parâmetro ataques contra pessoas e ataques contra coisas, sustenta o discurso e que o Estado Islâmico é sectário.

A relação entre a destruição do passado de uma nação e a destruição do futuro está em primeiro plano nos comentários de muitos sírios, como Amr al-Azm, ex-funcionário de antiguidades da Síria. Para ele, uma vez que o conflito acabe

Os sírios procurarão os denominadores comuns que os ajudem a identificar o que os faz sírios e os incentivos que os façam viver juntos. E eles vão procurar símbolos que os ajudem a manter sua sociedade unida, e o discurso construído em torno do patrimônio cultural em geral é um dos poucos pontos em comum, para que eles possam estabelecer vínculos para reconstrução e reestruturação de suas vidas.³⁴

Para Bokova e al-Azm, a destruição do patrimônio cultural coloca em perigo qualquer possível reconciliação e futura unidade nacional, precisamente porque esta herança é o "orgulho dos sírios" de cada seita e é percebida como provedora do imaginário de comunidade, de nação, que sem a qual desapareceria.³⁵

Arqueologia no Oriente Médio, entre o colonialismo e o nacionalismo

Ambos os iconoclastas, sírios e do Estado Islâmico, são conscientes da profunda relação entre herança e identidade (nacional). Enquanto movimentos nacionalistas e Estados-Nação em todo o mundo mobilizaram o patrimônio ao serviço da nação e construção do estado, nacionalismos opressivos do Oriente Médio – especialmente o próprio ramo do *baathismo*³⁶ de Saddam Hussein – oferece exemplos muito bons de como a arqueologia pode ser usada para legitimação política. Estudiosos têm apontado em particular a centralidade das referências para a antiga Mesopotâmia na reprodução do regime *baathista* do Iraque e na promoção do culto de Saddam como a última encarnação de uma linhagem de heróis e reis da Mesopotâmia.³⁷

A história política do Iraque do século passado foi marcada por uma longa luta entre visões concorrentes da comunidade política, e a produção cultural e o patrimônio sempre estiveram no cerne dessa luta, inclusive servindo de mote para grupos políticos de fora do Iraque.³⁸

Embora os nacionalistas iraquianos tenham apoiado uma visão pluralista e inclusiva de um Iraque unido, esse não foi o caso do nacionalismo pan-árabe dominado pela minoria sunita do país que, *Projeto História, São Paulo, v. 61, pp. 255-282, Jan-Abr, 2018.*

historicamente, imaginaram o Iraque como parte de uma nação árabe muito maior (onde os sunitas formariam a população majoritária). Na ideologia pan-árabe original, essa nação maior deveria unir o que os colonizadores tinham no passado dividido artificialmente.

O partido *Baathista* iraquiano e a própria marca de pan-arabismo de Saddam Hussein reformularam uma narrativa nacional que colocou a antiga Mesopotâmia no início de uma civilização contínua "semítico-árabe" para dar aos iraquianos a sensação de que eles eram os povos árabes "mais" civilizados.³⁹

O partido Baath no Iraque lançou um importante "Projeto para a Reescrita da História" nas décadas de 1970 e 1980, colocando recursos sem precedentes e massivos em escavações arqueológicas e museus, revistas arqueológicas e conferências, e festivais culturais temáticos da Mesopotâmia, entre outros esquemas.

Um esforço importante foi a reconstrução da antiga cidade da Babilônia - muito criticada pelos arqueólogos - como um *mise-en-scène* para eventos públicos (e para o palácio de Saddam): os tijolos que entraram nas obras de reconstrução apresentaram o nome de Saddam em inscrições que relembram aqueles da antiga Mesopotâmia.

Muitos ícones populares representavam Saddam como um Nabucodonosor moderno da Babilônia. Seu regime genocida e voraz de ilegalidade e brutalidade estava assim apoiado na história mesopotâmica.

Chiara De Cesari, nos lembra que uma política de patrimônio semelhante, embora muito menos extensa (com poucas receitas de petróleo), caracterizou o partido Baath da Síria também.⁴⁰

Um ponto chave que enfatizamos aqui é o uso anterior da arqueologia ressoado nos atos do Estado Islâmico, os quais citam explicitamente as ações do Profeta Muhammad (Maomé), mas que também fazem referência a Saddam Hussein. É possível entender essa conexão, se considerarmos que o ISIS, embora seja originário da Al Qaeda no Iraque, absorveu e monopolizou a resistência sunita e com isso muitos ex-oficiais do partido *baathista* iraquiano que constituem uma parte importante dos seus quadros médio e superior e que certamente estão familiarizados com as práticas antigas e os espetáculos do poder.

O partido Baath da Síria faz uso de muitos símbolos na condução de sua política, a revisitação do passado é um deles. A arqueologia, também, pode ser vista como um símbolo, ela atua no sentido de uma política de "reconstrução simbólica" que está em ação também na destruição em curso no Iraque e na Síria, a qual aparece como o produto de uma comunicação visual recombinate que reúne referentes religiosos e políticos - que não precisam ser mutuamente exclusivos.

Parece um paradoxo, mas apesar da ideologia anticolonial dos integrantes do partido Baath, a mobilização do patrimônio empreendida por eles, continuou a tradição dos antigos colonizadores, mas, desta vez, em nome da redenção nacional. O nacionalismo pós-colonial em vários países do Oriente Médio reproduziu o discurso e as práticas coloniais em arqueologia. Por exemplo, os departamentos de antiguidades criados no período colonial permaneceram em grande parte os mesmos após a independência, enquanto os arqueólogos ocidentais continuavam a executar a maior parte das escavações arqueológicas sem muita mudança em termos de divisão e padrões de trabalho. De Cesari nos informa que

quem nos fornece essas informações para a Síria são Daher & Maffi no texto, *The politics and practices of cultural heritage in the Middle East* de 2014, e em relação a continuidade do sistema de trabalho ligado ao patrimônio arqueológico no Egito, podemos nos apoiar no texto de E. Colla, *Conflicted antiquities: Egyptology, Egyptomania, Egyptian modernity* de 2007.⁴¹

Assim, enquanto cooptado pelo nacionalismo cultural das elites e ressignificado como uma acepção de engrandecimento e libertação nacional, o culto das antiguidades e do antigo passado civilizacional – com seu legado de violência – tem uma genealogia colonial distinta. As ruínas da Mesopotâmia foram discutidas há séculos pelos escritores árabes como objetos de admiração e deslumbre, mas foi durante o período colonial que se transformaram em locais de uma política específica. Então, o Oriente Próximo e a Arqueologia Bíblica com seu foco no período pré-islâmico e o discurso que acompanha o Oriente Médio como "berço da civilização ocidental e judeu-cristã" é fruto do projeto colonial europeu.⁴²

O discurso colonial estabeleceu uma ruptura entre o passado civilizacional do Oriente Médio (cujo legado foi herdado pelo "Oeste") e a "decadência" contemporânea da região percebida como essencialmente desamarrada e desinteressada deste passado civilizacional tão importante, para as bases da sociedade Ocidental atual. De fato, o Ocidente vê o caminhar da história como algo linear, a civilização teria se iniciado na Mesopotâmia, passado para o Egito, depois Grécia e Roma sucessivamente. Pedro Paulo Funari em seu trabalho *A Renovação da História Antiga* nos lembra que os estudiosos do Ocidente viam a transição histórica da Civilização como uma tocha que passava de mão

em mão, numa metáfora para essa visão linear de transmissão civilizacional.⁴³

De Cesari, apresentando os argumentos de Ann Stoler, nos mostra que os colonialismos se basearam na guarda de patrimônios naturais e culturais para as populações que se supõe serem carentes de orientação sobre como valorizá-las e preservá-las.⁴⁴ O debate sobre a guarda do patrimônio e eventual retorno deste patrimônio ao local de origem é bastante latente nos dias de hoje, temos o exemplo dos frisos do Parthenon hoje no Museu Britânico, mas que a Grécia reclama, exemplos de peças egípcias hoje no Louvre e que o Egito se esforça para reaver, dentre tantos outros exemplos.

Esse tipo de atenção às ruínas arqueológicas narra uma paisagem presente, assim como aquilo que as pessoas já focavam encontrar. Neste sentido, não é de se admirar, então, que o discurso sobre o resgate das antiguidades, ou seja, do patrimônio arqueológico, tenha ressurgido em momentos históricos fundamentais: foi, por exemplo, desdobrado, no discurso público dos EUA para legitimar intervenções militares no Iraque, como em 1991 e 2003. A continuidade entre a prática colonial e o nacionalismo pós-colonial é explicitada em alguns comentários sobre a destruição das antiguidades publicadas na *Dabiq*, revista on-line de propaganda do Estado Islâmico. Em um artigo intitulado "Apagar o legado de uma nação arruinada", o autor anônimo afirma:

Os kuffâr [descrentes] haviam descoberto essas estátuas e ruínas nas últimas gerações e tentaram retratá-las como parte de um patrimônio cultural e uma identidade que os muçulmanos do Iraque deveriam abraçar e se orgulhar. No entanto, isso se opõe à orientação de Deus e Seu Mensageiro e serve

apenas a uma agenda nacionalista que dilui severamente a "fidelidade" exigida dos muçulmanos em relação ao Senhor.⁴⁵

Em uma outra matéria, esta revista enfatiza seu olhar sobre a história, ao dizer que “os vários regimes de marionetes apóstatas criados pelos cruzados após a era colonial apresentaram versões modificadas da primeira bandeira desenhada por Mark Sykes, às vezes usando três das quatro cores originais”.⁴⁶ A bandeira da "revolta árabe" foi o pai das bandeiras que hoje representam diferentes estados nacionalistas árabes ... “Essas bandeiras jâhili [ignorantes da orientação divina] representam essencialmente os cruzados, seus agentes apóstatas, o nacionalismo, e os marionetes [regimes] leais aos cruzados”.⁴⁷

Com base em uma longa narrativa com raízes profundas no mundo árabe, o autor deste último artigo da revista *Dabiq* traça uma genealogia colonial para o Levante moderno como o produto do Acordo Sykes-Picot de 1916⁴⁸, que dividiu os despojos da região entre os franceses e os britânicos e, finalmente, os "territórios muçulmanos" em estados nacionalistas.⁴⁹

Para o Estado Islâmico, estados-nação como o Iraque e a Síria são construções essencialmente artificiais, entidades espúrias criadas pelos "cruzados" ou colonialistas ocidentais, sem qualquer consideração para com a cultura local e as geografias social-sectárias. No entanto, esta narrativa do "estado artificial" (como se outros Estados-nação fossem muito diferentes) não é nova: não só se baseia na "fantasia de homogeneidade etno-sectária hiperviolenta como o fundamento de um estado estável", mas é também, ela própria, de origem colonial, como

Sara Pursley argumentou recentemente em seu texto *Lines drawn on an empty map: Iraq's borders and the legend of the artificial state*.⁵⁰

A história do patrimônio e da arqueologia no Levante é indelevelmente marcada pela sua interação com o colonialismo e o nacionalismo. A partir do século XIX, a arqueologia do Oriente Próximo tem sido dominada por arqueólogos europeus e americanos, muitas vezes envolvidos de modo formal e informal no projeto imperial assim como na disputa por antiguidades que acompanharam as rivalidades coloniais e saquearam a Mesopotâmia ao preencher os museus ocidentais.⁵¹

Continuando a tradição do século XIX, é impressionante que muitos arqueólogos do início do século XX fossem, ao mesmo tempo, agentes coloniais que desempenharam um papel importante na consolidação do poder europeu na região e no desenho das fronteiras nacionais do Iraque e da Síria - fronteiras que são desmanteladas como seu primeiro ato simbólico. A busca de antiguidades no "berço da civilização" no século XIX e mesmo no século XX ajudou a legitimar os projetos coloniais daqueles que afirmam ser os verdadeiros herdeiros e salvadores dessas grandes civilizações e sua herança. Esse aspecto político da arqueologia é pouco abordado na academia brasileira. Como vemos, arqueólogos trabalharam não apenas nos sítios arqueológicos e na identificação do patrimônio, mas estiveram a serviço dos interesses das grandes potências ocidentais.

A "mulher que inventou o Iraque"⁵² no início do século XX, Gertrude Bell, uma agente britânica que "instalou no poder um rei leal aos britânicos, estabeleceu novas fronteiras - e nos deu o país

ingovernável de hoje" era ela própria uma arqueóloga que dirigia o primeiro departamento de antiguidades do país, promulgou a primeira lei do patrimônio e criou o Museu Nacional Iraquiano.⁵³ Lawrence da Arábia que era famoso por liderar a Revolta árabe e por tecer a sua bandeira – o "pai das bandeiras nacionais estigmatizadas na citação da revista *Dabiq* acima – era também um arqueólogo. No período colonial, era difícil distinguir a administração militar e colonial das atividades de arqueólogos e estudiosos orientalistas.

Na época pós-colonial, essa situação continuou, sustentada pela aliança entre uma ciência (neo) colonial – arqueologia do Oriente Próximo – e as elites nacionais locais, para quem essa mesma arqueologia, executada por missões estrangeiras, se constituísse em uma ferramenta chave de legitimação. A arqueologia "pós-colonial" no Oriente Médio como um todo tem sido consistente em muitos aspectos com a tradição da arqueologia colonial. Uma escola forte de arqueologia iraquiana surgiu após a independência, com vínculos com os nacionalistas iraquianos, mas esta arqueologia logo foi cooptada no projeto de reescrita de Saddam.

Em geral, os arqueólogos ocidentais continuaram a dominar a disciplina. Até recentemente, a atenção se concentrou quase que exclusivamente nas antiguidades e no período pré-islâmico: as camadas islâmicas e a cultura material, quando encontradas, foram muitas vezes destruídas.

Por estar envolvida no deslocamento de muitas comunidades locais como parte dos principais projetos de desenvolvimento de infraestruturas, como na construção de grandes barragens, a arqueologia

pós-colonial lembrou, segundo Chiara de Cesari, muitos dos "esquemas imperiais e das elites nacionais, como cada uma desconsiderou os pobres, a natureza e o bem-estar das gerações futuras".⁵⁴

Considerações Finais

Este texto se propôs apresentar para a comunidade acadêmica uma discussão sobre a proteção ao patrimônio cultural mundial, mais especificamente do Iraque e da Síria. Vimos que muitas convenções, cartas e tratados foram realizados ao longo do século XX no sentido de proteger o patrimônio arqueológico, mas que no caso do Oriente Médio e Próximo há uma complexidade que vai além dos artigos e parágrafos que enfatizam a proteção de um bem. Pendências colonialistas, nacionalismos, pluralidade cultural e religiosa em detrimento de um ideal de unidade cultural ensejado pelo Estado Islâmico compõem este universo de elementos que dizem respeito à dinâmica patrimonial nestas localidades.

É impressionante observar a persistência da ordem colonial no trabalho e na vida das missões arqueológicas euro-americanas. Como ocorria no período colonial, há recentemente uma divisão de trabalho rigorosa e hierárquica entre os arqueólogos que vem da Europa e dos Estados Unidos. Os trabalhadores provenientes das aldeias locais, continuam – assim como no passado colonial – submetidos a condições de trabalho exploratórias.

Chiara de Cesari relata que presenciou pessoalmente a remoção, sem muita consulta, do antigo túmulo de um xeique local porque estava a

impedir a inspeção de camadas arqueológicas.⁵⁵ Para muitos aldeões, então, as ruínas arqueológicas representavam um local ambíguo – tanto uma fonte de vida como um orgulho, e um local onde sua subjugação era promulgada diariamente.

Proporcionando uma análise histórica detalhada da iconoclastia no mundo muçulmano, Finbarr Barry Flood comentou sobre a destruição dos Budas de Bamiyan pelos talibãs em 2001 criticando as falas dominantes da mídia Ocidental. De acordo com este autor, para a mídia Ocidental, esse ato foi nada menos do que o produto de uma atitude teológica imutável peculiar ao islamismo e de uma espécie de "patologia cultural" que remonta à Idade Média - uma narrativa que encontramos novamente nas principais discussões da mídia sobre a destruição do patrimônio cultural pelo ISIS hoje. Ainda segundo Flood, precisamos de uma análise historicizadora do que são atos religiosos e políticos que respondem a circunstâncias específicas, como já foi no passado.⁵⁶

Esse tipo de observação pode ser aplicado também a espetáculos de destruição arqueológica, levando em consideração a relevância política da arqueologia em toda a história iraquiana e síria. A “destruição” do patrimônio arqueológico começou bem antes dos gestos iconoclastas do Estado Islâmico.

Os sítios arqueológicos no Levante estão repletos da presença do colonialismo e do seu persistente legado nos nacionalismos opressivos que se seguiram: são um sinal do fracasso final do projeto emancipatório do Estado-Nação pós-colonial.

Chiara de Cesari, bem utilizando a reflexão que A. Herscher fez sobre a destruição do patrimônio de Kosovo em 2010, afirma que no caso do Estado Islâmico, a destruição surge como um ato de produção espaço-política, "produtora de muitas identidades e agências que supostamente assumem como causas";⁵⁷ surge como uma tentativa de "impor novas formas de ordem através da produção do lugar".⁵⁸ Tornando visível, materializando – mesmo que por um ato negativo – o poder do Estado islâmico como um radicalmente novo agente político, desatado do legado do passado e de fato confirmado por sua aniquilação.

Podemos começar a entender esses atos de destruição se percebermos que a arqueologia trabalhou arduamente para disseminar a lógica do Império e depois a do Estado-Nação, que o califado rejeita em nome de uma pan-islâmico mais verdadeiro ou melhor – uma comunidade pan-sunita.

Mas a criação de uma "Divisão de Antiguidades" por uma entidade que pretende construir um estado deve nos fazer refletir. As execuções públicas cuidadosamente coreografadas, encenadas no anfiteatro de Palmira⁵⁹ – estranhamente reminiscente de festivais nacionais em sua iconografia e mobilização da juventude – também aponta para o paralelismo da reversão e continuidade simultânea no uso da arqueologia para a exibição obscena e a produção do poder estatal no Iraque e Síria.

Notas

* Vagner Carvalheiro Porto é mestre e doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Desenvolveu como pesquisador da Universidade de São Paulo com parceria da Universidade de Tel Aviv escavações em Apollonia, Israel. Tem um projeto em andamento sobre o período romano em Tiberíades, Israel. Atualmente é professor Doutor do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia mediterrânica, do Oriente Próximo e Patrimônio Arqueológico. É Co-coordenador do LARP, Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (USP) no qual desenvolve pesquisa docente sobre as províncias romanas da Síria-Palestina e da Península Ibérica. ORCID: 0000-0001- 6186-7845

** Juliana Figueira da Hora é doutoranda e mestre em Arqueologia Clássica pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Realizou em 2015 estágio de pesquisa na École Française D'Athènes (EFA), na Grécia, com bolsa BEPE/Fapesp de doutorado. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Histórica e Patrimônio Arqueológico. É membro ativo no Labeca (Laboratório de Estudos sobre Cidade Antiga) desde 2006 e membro ativo do LECA (Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga) desde 2013. ORCID: 0000-0003- 2697-9248.

¹ ROCCO, L. **Palestra: Palmira - História e Reconstrução**. VII Ciclo de Debates do LARP. Museu de Arqueologia e Etnologia – USP, São Paulo, 29 de novembro de 2017.

² ROCCO, L. Idem.

³ LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999. [1ª Ed.].

⁴ PORTO, V. C. A Cidade como discurso ideológico: monumentalidade nas moedas do Império Romano. **R. Museu de Arqueologia e Etnologia**. Supl., São Paulo, n.18, 2014, pp. 93-101.

⁵ DA HORA, J. F. Siracusa: cidade monumental. **Praesentia**, nº 17, 2017, pp. 49-62.

⁶ BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomas. Rio de Janeiro, Bertrand, Brasil, 2009. [12ª Ed.].

⁷ LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. pp. 525-539. [5ª Ed.].

⁸ Idem, p. 536.

⁹ O grupo terrorista “Estado Islâmico” tem muitos nomes: na imprensa brasileira, há uma salada de siglas. Telejornais brasileiros geralmente usam Estado Islâmico. O grupo radical foi fundado com o longo nome (em árabe) “O Estado Islâmico no Iraque e na Síria”. Assim, num primeiro momento, a maioria dos meios de comunicação usaram a tradução “Estado Islâmico no Iraque e na Síria” – em inglês, *Islamic State in Iraq and Syria*, abreviada como **Estado Islâmico**. O secretário de Estado dos Estados Unidos usa o termo “Daesh” para denominá-los, em sintonia com o presidente da França, que usa exclusivamente “Daech”. No início de 2015, o próprio grupo terrorista mudou oficialmente de nome: segundo anunciado pelos próprios criminosos, o grupo passava a chamar-se apenas “Estado Islâmico”, sem qualquer complemento – numa clara evidência das aspirações universalistas do grupo.

¹⁰ FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. [1ª Ed.].

¹¹ PORTO, V. C. Op. cit. p. 95.

¹² FOUCAULT, M. Op. cit..

¹³ **Xiitas** em árabe significa seguidores de Ali. É um ramo do Islão que sustenta que o profeta islâmico Maomé designou Ali Ibn Abi Talib como o seu sucessor.

¹⁴ **Yazidi** constituem uma comunidade étnico-religiosa curda cujos membros praticam uma antiga religião sincrética, o iazidismo, uma espécie de iazdânismo ligada ao zoroastrismo e as antigas religiões mesopotâmias.

¹⁵ Movimento salafista é um movimento ortodoxo ultraconservador dentro do islamismo sunita. Segundo Dr. Abdul-Haqq Baker, em seu trabalho *Extremists in Our Midst: Confronting Terror*, Os jihadistas salafistas defendem a *jihad* ofensiva como uma expressão legítima do islamismo contra aqueles que consideram inimigos de sua religião.

¹⁶ O trabalho “Post-Colonial Ruins: Archaeologies of political violence and IS” de Chira de Cesari publicado em 2015 pela *Anthropology today* foi basilar para as nossas reflexões.

¹⁷ DE CESARI, C. Post-Colonial Ruins: Archaeologies of political violence and IS. **Anthropology Today**, Vol. 31, nº 6, 2015. pp. 21-26.

¹⁸ SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. [1ª Ed.].

¹⁹ *Souk* (soco em português) é um termo que geralmente designa um mercado tradicional ou feira periódica do Norte da África e países árabes. O termo também pode ser usado para designar zonas comerciais de uma cidade nessas regiões.

²⁰ DE CESARI, C. Op. cit. p. 22.

²¹ THOMPSON, E. Islamic State’s war on art turns a profit. **Bloombergview**, 18, 2015.

²² DE CESARI, C. Op. cit. p. 23.

²³ Lamassu é uma divindade tutelar da antiga Mesopotâmia, considerada com frequência como sendo do sexo feminino. Utiliza-se com frequência o nome de Shedu para se referir ao equivalente masculino de um *Lamassu*.

²⁴ DE CESARI, C. Op. Cit. Loc. cit.

²⁵ MESKELL, L. Negative heritage and past mastering in archaeology. **Anthropological Quarterly** 75 (3), 2002, pp. 557-574.

²⁶ Ver nota 12.

²⁷ Ver no 13.

²⁸ **Sufi** são os praticantes do sufismo (*sufi gar*) em persa. É conhecida como a corrente mística e contemplativa do Islão. Os praticantes do sufismo, procuram desenvolver uma relação íntima, direta e contínua com Deus, utilizando-se das práticas espirituais transmitidas pelo profeta Maomé, com destaque para a *Zikr* (lembança de Deus), orações e jejuns. STODDART, W. **O Sufismo**. Lisboa, Edições 70, 1980.

²⁹ **Sunita** é o maior ramo do islão. A maior parte dos sunitas acredita que o nome deriva da palavra Suna (*sunna*) que significa prática, preceitos estabelecidos no século VIII, baseados nos ensinamentos de Maomé e dos quatro califas ortodoxos. Eles tornaram-se seguidores da *sunna* tal como relatada pelos companheiros de Maomé (*a sababa*).

³⁰ ROMNEY, K. ESTADO ISLÂMICO destruction of ancient sites hits mostly Muslim targets. **National Geographic**, 2 de julho de 2015. <http://news.nationalgeographic.com/2015/07/150702-ESTADO-ISLÂMICO-Palmyra-destruction-salafism-sunni-shiite-sufi-Islamic-State>. Consultado em 13 de janeiro de 2018.

³¹ Tradução livre do inglês para o português. Ver <http://foreignaffairs.house.gov/hearing/hearing-ancient-communities-under-attack-Estado-Islâmico-s-war-religious-minorities>. Consultado em 12 de janeiro de 2018.

³² DE CESARI, C. Op. cit. p. 23.

³³ *Takfirismo* ou *takfiri* é um muçulmano que acusa outro muçulmano (ou um adepto da outra fé de Abraão) de apostasia. A acusação em si é chamada *takfir*, derivada da palavra *kafir* (infiel), e quando é descrita como "um que é ou finge ser muçulmano, é declarado impuro", sendo assim uma corrente herética do islã que consiste em negar a condição de verdadeiros muçulmanos para todos aqueles cujos dogmas ou ritos não coincidem totalmente com os seus. Acusar outros muçulmanos de ser *takfiris* tornou-se um insulto sectário, especialmente desde o início da Guerra Civil na Síria em 2011.

³⁴ MESKELL, Op. cit.

³⁵ Tradução livre. SHAHEEN, K. Estado Islâmico pulls back from Palmyra but fear of 'cultural atrocity' remains. **The Guardian**, 15 de maio de 2015. <http://www.theguardian.com/world/2015/may/15/Estado-Islâmico-pulls-back-from-palmyra-but-fear-of-cultural-atrocity-remains> apud DE CESARI, Op. cit., p. 23.

³⁶ O **baathismo** é uma ideologia política árabe, com base nas ideias do Partido Baath do Iraque e da Síria. A ideologia é oficialmente baseada nas teorias de Zaki al-Arsuzi (de acordo com o movimento Ba'ath pró-Síria), Michel Aflaq e Salah ad-Din al-Bitar. O baathismo é uma mistura de socialismo, nacionalismo e pan-arabismo. Predominantemente secular, essa ideologia é frequentemente contrastada com a de outros governos árabes no Oriente Médio, que tendem a ter inclinações para o fundamentalismo islâmico e a teocracia.

³⁷ ABDI, K. From pan-arabism to Sadan Hussein's cult of personality. **Journal of social archaeology**, 8 (1), 2008, pp. 3-36, apud DE CESARI, Op. Cit, p. 24.

³⁸ A intervenção externa na Síria não foi diferente, Luiz Alberto Moniz Bandeira nos informa que "a CIA começou a intervir na Síria, em março de 1949, dois anos depois de sua fundação, conforme ressaltou Robert F. Kennedy Jr. Assessorado e, decerto, subornado por dois agentes da CIA, Miles Copeland e Stephan Meadde, o coronel Husni al-Za'im (1897-1949), chefe do Estado-Maior do Exército, derrubou o presidente Shukri-al-Quwatli, democraticamente eleito, por haver hesitado em aprovar a construção do Trans-Arabian Pipeline (Tapline), que os Estados Unidos pretendiam construir, através da Síria, conectando os campos de óleo da Arábia Saudita aos portos do Líbano. BANDEIRA, L. A. M. **A Desordem Mundial**. O espectro da total dominação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016 [1ª.]

³⁹ DAVIS, E. **Memories of state**: politics, history and collective identity in modern Iraq. Berkeley: University of California Press, 2005, p. 273 apud DE CESARI, Op. cit., Loc. cit.

⁴⁰ DE CESARI, C. Op. cit, Loc. cit.

⁴¹ DE CESARI, Op. cit, Loc. cit.

⁴² DE CESARI, Op. cit, Loc. cit.

⁴³ FUNARI, P. P. A. A renovação da História Antiga. In: KARNAL, Leandro. (Org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 97. [1ª. Ed.].

⁴⁴ STOLER, A. L. Imperial debris: Reflections on ruins and ruination. **Cultural Anthropology** 23 (2), 2008, p. 198 apud DE CESARI, Op. cit., Loc. cit.

⁴⁵ *Dabiq* 8: 22-23 apud DE CESARI, Op. cit., Loc. cit.

- ⁴⁶ *Dabiq* 9: 22 apud DE CESARI, Op. cit., Loc. cit.
- ⁴⁷ *Dabiq* 9: 22 apud DE CESARI, Op. cit., Loc. cit.
- ⁴⁸ O Acordo Sykes-Picot de 16 de maio de 1916 foi um ajuste secreto entre os governos do Reino Unido e da França que definiu as suas respectivas esferas de influência no Oriente Médio, considerando-se a hipótese de derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial. O acordo estabeleceu limites que ainda permanecem na maior parte da fronteira comum entre a Síria e o Iraque.
- ⁴⁹ WEISS, M & HASSAN, H. **Estado Islâmico. Desvendando o Exército do Terror**. Tradução de Jorge Ritter. São Paulo: Seoman, 2015, pp. 170-171.
- ⁵⁰ PURSLEY, S. 'Lines drawn on an empty map': Iraq's borders and the legend of the artificial state (Parts 1 & 2). **Jadaliyya**, 2-3 June. http://www.jadaliyya.com/pages/index/21759/lines-drawn-on-an-empty-map_iraq%E2%80%99s-borders-and-the. 2015. Consultado em 11 de janeiro de 2018.
- ⁵¹ DE CESARI, Op. cit., Loc. cit.
- ⁵² IRVING, C. Gertrude of Arabia, the woman who invented Iraq. **The Daily Beast**, 17 June. <http://www.thedailybeast.com/articles/2014/06/17/gertrude-of-arabia-the-woman-who-invented-iraq.html>. 2014. Consultado em 10 de janeiro de 2018.
- ⁵³ BERNHARDSSON, M. **Reclaiming a plundered past**: Archaeology and nation building in modern Iraq. Austin: University of Texas Press. 2005 apud DE CESARI, *Op. cit.*, p. 25.
- ⁵⁴ DE CESARI, Op. cit., p. 25.
- ⁵⁵ DE CESARI, Op. cit., Loc. cit.
- ⁵⁶ FLOOD, F.B. 2002. Between cult and culture: Bamiyan, Islamic iconoclasm, and the museum. **The Art Bulletin** 84(4), 2002, p. 654.
- ⁵⁷ HERSCHER, A. **Violence taking place**: The architecture of the Kosovo conflict. Stanford: Stanford University Press, 2010 apud DE CESARI, Op. cit., Loc. cit.
- ⁵⁸ HERSCHER, A. *Op. cit.*, p. 14 apud DE CESARI, Op. cit., Loc. Cit.
- ⁵⁹ VÍDEO - EI mostra execução de 25 homens em anfiteatro de Palmira. <https://oglobo.globo.com/mundo/em-novo-video-ei-mostra-execucao-de-25-homens-em-anfiteatro-de-palmira-16664475>. Consultado em 10 de janeiro de 2018.